

AgRg na PET na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 - DF (2014/0105456-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO AMAPÁ - SINDPOL/AP
ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958
INTERES. : ELIETE FERREIRA DANTAS
INTERES. : ELISABETE FERREIRA DANTAS
INTERES. : ELISANGELA DE BRITO PAES
INTERES. : ELIZABETE DA SILVA MORAES
INTERES. : ELIZETE FERREIRA DANTAS
INTERES. : ELLEN CRISTINA DOS SANTOS CUNHA
INTERES. : ELOIZA TAVARES MAGALHAES
INTERES. : EMERSON DANI MENDONÇA DA COSTA
INTERES. : ENEIDA DE BRITO PAES
INTERES. : ERIKA ALINE DOS SANTOS VASCONCELOS
INTERES. : ERISON LENON MENDONCA DA COSTA
INTERES. : ERNESTINA DA SILVA MORAES
INTERES. : EULICE DE SOUZA SMITH
INTERES. : EUNICE BARBOSA DE OLIVEIRA
INTERES. : FABIANO RIBEIRO PIMENTEL
INTERES. : FABRICIA RIBEIRO RODRIGUES
INTERES. : FRANCISCA BASILIO DA COSTA
INTERES. : FRANCISCA VENANCIO DA SILVA
INTERES. : FRANCISCO ANTONIO DOS S.M. JUNIOR
INTERES. : GABRIELA FRAZÃO TAVARES
INTERES. : GENTILA ANSELMO NOBRE
ADVOGADO : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026
INTERES. : GEOVANI FERREIRA LEITE
INTERES. : GEYSSICA TAYNARA SANTOS TENTE
INTERES. : GILVAN SOUZA DE MELO
INTERES. : HONORINA CERDEIRA DA SILVA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NA EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA NA CONTA DE LIQUIDAÇÃO. RE N. 870.947. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS NO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A questão referente ao índice de correção monetária nas contas de liquidação contra a Fazenda Pública está em discussão no Supremo Tribunal Federal no RE 870.947, com julgamento pautado para o dia 3 de outubro próximo, pendente apenas de modulação dos efeitos da decisão. Assim, por

cautela, devem ser feitos dois cálculos: um utilizando a taxa referencial como correção monetária, e outro o IPCA-E, sendo que a expedição do precatório se dará pelo primeiro cálculo. Ademais, um precatório complementar deverá ser expedido quando transitar em julgado o Recurso Extraordinário n. 870.947, observando eventuais modificações no julgamento, conforme já estabelecido, de tudo isso descontando o precatório incontroverso já pago.

2. Juros moratórios sobre os valores pagos administrativamente devem ser abatidos da dívida na data em que ocorreram. Portanto, a partir desse abatimento, não há mais juros incidindo sobre o montante já quitado, razão pela qual também não devem ser calculados juros sobre os pagamentos.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo, nos termos do voto do Sr. Ministro Nefi Cordeiro, Presidente da Terceira Seção. A Sra. Ministra Laurita Vaz e os Srs. Ministros Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Ribeiro Dantas, Antonio Saldanha Palheiro, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Nefi Cordeiro, Presidente da Terceira Seção.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator